



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Geraldo Alckmin - Governador

Poder
Executivo
seção I

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Palácio dos Bandeirantes • Av. Morumbi 4.500 • Morumbi • São Paulo • CEP 05650-000 • Tel. 2193-8000

Volume 127 • Número 31 • São Paulo, quarta-feira, 15 de fevereiro de 2017

www.imprensaoficial.com.br

Decretos

DECRETO Nº 62.456, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

Isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS as operações com obras de arte comercializadas na Feira Internacional de Arte de São Paulo – SP Arte e dá outras providências

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos Convênios ICMS-1, de 6 de fevereiro de 2013, e 107, de 02 de outubro de 2015,

Decreta:

Artigo 1º - Ficam isentas do ICMS as seguintes operações internas com obras de arte comercializadas na Feira Internacional de Arte de São Paulo – SP Arte, a ser realizada na cidade de São Paulo, pelo período de até 7 (sete) dias consecutivos, no ano de 2017:

I - desembaraço aduaneiro decorrente de importação do exterior e saídas de obras de arte destinadas à comercialização na SP Arte;

II - saída interna de obras de arte comercializadas na SP Arte, destinadas a consumidor final, inclusive a saída decorrente de venda para entrega futura cujo contrato de compra e venda tenha sido firmado durante o evento.

Parágrafo único - A isenção prevista neste artigo:

1 - fica limitada a obras de valor unitário não superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);

2 - observadas as condições previstas neste decreto, aplica-se, também, às operações realizadas por contribuinte sujeito às normas do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - "Simples Nacional".

Artigo 2º - Fica reduzida a base de cálculo do ICMS incidente nas operações referidas nos incisos do artigo 1º com obras de arte de valor unitário superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), de forma que a carga tributária resulte no percentual de 5% (cinco por cento).

Artigo 3º - Quando se tratar de desembaraço aduaneiro decorrente de importação do exterior de obras de arte comercializadas na SP Arte, os benefícios previstos nos artigos 1º e 2º ficam condicionados a que:

I - o desembaraço aduaneiro tenha ocorrido no Estado de São Paulo;

II - a obra de arte importada do exterior tenha sido comercializada durante a SP Arte;

III - o importador seja:

a) expositor inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS deste Estado, na hipótese de obra de arte por ele comercializada;

b) consumidor final domiciliado em território paulista, na hipótese de obra de arte adquirida de expositor sediado no exterior.

Artigo 4º - Para fruição dos benefícios de que trata este decreto deverão ser observadas as seguintes condições:

I - em relação ao desembaraço aduaneiro decorrente de importação do exterior de obras de arte comercializadas na SP Arte:

a) o prazo para a entrega das obras de arte para o consumidor final será de até 180 (cento e oitenta) dias contados da data do contrato de compra e venda, podendo ser prorrogado por igual período a critério do fisco;

b) as operações deverão ser acobertadas por NF-e, modelo 55, quando couber, constando no campo "informações adicionais", por mercadoria, uma das expressões indicadas nos itens da alínea "b" do inciso I deste artigo, conforme o caso:

1 - "Operação isenta - obra de arte comercializada na SP Arte, nos termos do Decreto nº, de ... de ... de..." (Indicar o número e a data deste decreto);

2 - "Operação com redução da base de cálculo - obra de arte comercializada na SP Arte, nos termos do Decreto nº, de ... de ... de..." (Indicar o número e a data deste decreto);

III - em relação à saída interna de obras de arte comercializadas na SP Arte, destinadas a consumidor final, inclusive a saída decorrente de venda para entrega futura cujo contrato de compra e venda tenha sido firmado durante o evento:

a) o prazo para a entrega das obras de arte para o consumidor final será de até 30 (trinta) dias contados da data do contrato de compra e venda, podendo ser prorrogado por igual período a critério do fisco;

b) as operações deverão ser acobertadas por NF-e, modelo 55, constando no campo "informações adicionais", por mercadoria, uma das expressões indicadas nos itens da alínea "b" do inciso I deste artigo, conforme o caso;

III - em relação às obras de arte comercializadas durante o evento, deverá ser emitido pedido de fornecimento da mercadoria em 5 (cinco) vias, sendo que a 5ª via será entregue ao comprador e as demais, vistas pelo fisco, terão a seguinte destinação:

a) a 1ª via será mantida pelo vendedor;

b) a 2ª via será entregue ao fisco no local do evento;

c) a 3ª via será anexada ao DANFE, se for o caso;

d) a 4ª via será entregue ao organizador do evento.

Artigo 5º - A Secretaria da Fazenda manterá plantão fiscal durante o período do evento em recinto próprio do pavilhão de exposições, onde deverá ser apresentado o pedido de fornecimento de que trata o inciso III do artigo 4º para a aposição do visto fiscal.

Artigo 6º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 14 de fevereiro de 2017

GERALDO ALCKMIN

Helcio Tokeshi
Secretário da Fazenda
Samuel Moreira da Silva Junior
Secretário-Chefe da Casa Civil
Saulo de Castro Abreu Filho
Secretário de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 14 de fevereiro de 2017.

OFÍCIO GS-CAT Nº 092/2017
Senhor Governador,
Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a inclusa minuta de decreto que concede benefícios para o desembaraço aduaneiro e saídas de obras de arte destinadas à comercialização na Feira Internacional de Arte de São Paulo – SP Arte, a ser realizada na cidade de São Paulo no ano de 2017.

A medida foi autorizada pelo Convênio ICMS-1/13, de 06 de fevereiro de 2013.

Com essas justificativas e propondo a edição de decreto conforme a minuta, aproveite o ensejo para reiterar-lhe meus protestos de estima e alta consideração.

Helcio Tokeshi
Secretário da Fazenda
A Sua Excelência o Senhor
GERALDO ALCKMIN
Governador do Estado de São Paulo
Palácio dos Bandeirantes

DECRETO Nº 62.457, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

Dispõe sobre o expediente nas repartições públicas estaduais pertencentes à Administração Direta e Autarquias, relativo aos dias que especifica e dá providências correlatas

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - Fica suspenso o expediente nas repartições públicas estaduais pertencentes à administração Direta e Autarquias, relativo aos dias adiante mencionados, no exercício de 2017:

I - 27 de fevereiro - segunda-feira - carnaval;

II - 28 de fevereiro - terça-feira - carnaval.

Artigo 2º - O expediente das repartições públicas estaduais a que alude o artigo 1º deste decreto, relativo ao dia 1º de março - quarta-feira - Cinzas, terá seu início às 12:00 (doze) horas.

Artigo 3º - O disposto neste decreto não se aplica às repartições em que, por sua natureza, houver necessidade de funcionamento ininterrupto.

Artigo 4º - Os dirigentes das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público poderão adequar o disposto neste decreto às entidades que dirigem.

Artigo 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 14 de fevereiro de 2017
GERALDO ALCKMIN
Arnaldo Caill Pereira Jardim
Secretário de Agricultura e Abastecimento
Márcio Luiz França Gomes
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Jose Roberto Neffa Sadek
Secretário da Cultura
José Renato Nalini
Secretário da Educação
Benedito Braga
Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos
Helcio Tokeshi
Secretário da Fazenda
Rodrigo Garcia
Secretário da Habitação
Alberto José Macedo Filho
Secretário-Adjunto, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Logística e Transportes

Márcio Fernando Elias Rosa
Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania
Ricardo de Aquino Salles
Secretário do Meio Ambiente
Antonio Floriano Pereira Pesaro
Secretário de Desenvolvimento Social

Marcos Antonio Monteiro
Secretário de Planejamento e Gestão
David Everson Uip
Secretário da Saúde
Márgino Alves Barbosa Filho
Secretário da Segurança Pública

Lourival Gomes
Secretário da Administração Penitenciária
Clodoaldo Pelissioni
Secretário dos Transportes Metropolitanos
José Luiz Ribeiro
Secretário do Emprego e Relações do Trabalho

Paulo Gustavo Maiurino
Secretário de Esporte, Lazer e Juventude
João Carlos de Souza Meirelles
Secretário de Energia e Mineração
Laercio Benko Lopes
Secretário de Turismo

Linamara Rizzo Battistella
Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Samuel Moreira da Silva Junior
Secretário-Chefe da Casa Civil

Saulo de Castro Abreu Filho
Secretário de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 14 de fevereiro de 2017.

DECRETO Nº 62.458, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

Homologa, por 180 (cento e oitenta) dias, o Decreto do Prefeito do Município de Adamantina, que declarou Situação de Emergência em áreas do Município

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da manifestação do Senhor Chefe da Casa Militar e Coordenador Estadual de Defesa Civil,

Decreta:

Artigo 1º - Fica homologado, por 180 (cento e oitenta) dias, o Decreto municipal nº 5.691, de 12 de janeiro de 2017, que declarou Situação de Emergência em áreas do Município de Adamantina, nos termos da Lei federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e da Instrução Normativa nº 2, de 20 de dezembro de 2016, do Ministério da Integração Nacional.

Artigo 2º - Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, dentro de suas respectivas atribuições, ficam autorizados a prestar apoio complementar à população das áreas afetadas daquele município, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 6 de janeiro de 2017.

Palácio dos Bandeirantes, 14 de fevereiro de 2017
GERALDO ALCKMIN
Samuel Moreira da Silva Junior
Secretário-Chefe da Casa Civil
Saulo de Castro Abreu Filho
Secretário de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 14 de fevereiro de 2017.

DECRETO Nº 62.459, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

Homologa, por 180 (cento e oitenta) dias, o Decreto do Prefeito do Município de Nova Independência, que declarou Situação de Emergência em áreas do Município

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da manifestação do Senhor Chefe da Casa Militar e Coordenador Estadual de Defesa Civil,

Decreta:

Artigo 1º - Fica homologado, por 180 (cento e oitenta) dias, o Decreto municipal nº 006, de 22 de janeiro de 2017, que declarou Situação de Emergência em áreas do Município de Nova Independência, nos termos da Lei federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e da Instrução Normativa nº 2, de 20 de dezembro de 2016, do Ministério da Integração Nacional.

Artigo 2º - Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, dentro de suas respectivas atribuições, ficam autorizados a prestar apoio complementar à população das áreas afetadas daquele município, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de janeiro de 2017.

Palácio dos Bandeirantes, 14 de fevereiro de 2017
GERALDO ALCKMIN
Samuel Moreira da Silva Junior
Secretário-Chefe da Casa Civil
Saulo de Castro Abreu Filho
Secretário de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 14 de fevereiro de 2017.

DECRETO Nº 62.460, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

Dá nova redação a dispositivos que especifica do Estatuto da Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP, aprovado pelo Decreto nº 58.438, de 9 de outubro de 2012

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - Os artigos 1º e 2º das Disposições Transitórias do Estatuto da Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP, aprovado pelo Decreto nº 58.438, de 9 de outubro de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1º - Quando do preenchimento do Quadro Docente da UNIVESP, fixado pelo Decreto nº 59.389, de 29 de julho de 2013, com metade de suas vagas e com exercício mínimo de 1 (um) ano desses docentes, a UNIVESP adotará as providências necessárias ao pleno funcionamento das unidades acadêmicas, técnicas e administrativas a que alude o inciso II do artigo 7º.

Parágrafo único - Enquanto não se cumprirem as condições a que se refere o "caput" deste artigo, não se aplicará à designação do Diretor Acadêmico o requisito de 12 (doze) meses de efetivo exercício de docência na UNIVESP.

Artigo 2º - Enquanto não se cumprirem as condições a que se refere o "caput" do artigo 1º destas Disposições Transitórias, o Conselho Técnico-Administrativo exercerá integralmente as competências da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Parágrafo único - Incluem-se no elenco de atribuições e competências deste artigo a contratação de pessoal docente, técnico e administrativo, bem como as necessárias à aquisição de bens e serviços.". (NR)

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 14 de fevereiro de 2017
GERALDO ALCKMIN

Samuel Moreira da Silva Junior
Secretário-Chefe da Casa Civil
Saulo de Castro Abreu Filho
Secretário de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 14 de fevereiro de 2017.

DECRETO Nº 62.461, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela VIARONDON CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A., os imóveis necessários às obras de implantação da Marginal Oeste entre o Km 640+700m e o Km 642+000m da Rodovia Marechal Rondon, SP-300, Município e Comarca de Andradina, no trecho que especifica e dá providências correlatas

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 2º e 6º do Decreto-lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956, e do disposto no Decreto estadual nº 53.313, de 8 de agosto de 2008,

Decreta:

Artigo 1º - Ficam declarados de utilidade pública para fins de desapropriação pela VIARONDON CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A., empresa concessionária de serviço público, por via amigável ou judicial, os imóveis descritos e caracterizados nas plantas cadastrais de código DE-SPM00300D-640.642-419-D01/001 e DE-SPM00300D-640.642-619-D01/002 e memoriais descritivos constantes do processo ARTESP-021.220/2016-SG, necessários às obras de implantação da Marginal Oeste entre o Km 640+700m e o Km 642+000m da Rodovia Marechal Rondon, SP-300, Município e Comarca de Andradina, com área total de 16.246,46m² (dezesseis mil, duzentos e quarenta e seis metros quadrados e quarenta e seis decímetros quadrados), dentro dos perímetros a seguir descritos, imóveis estes que constam pertencer aos proprietários, a saber:

I - área "a", a área a ser desapropriada, conforme planta nº DE-SPM00300D-640.642-419-D01/001, localiza-se entre os Km 640 e 642, da Rodovia Marechal Rondon, SP-300, Município e Comarca de Andradina, que consta pertencer a Antonio Cese e/ou outros, com linha de divisa partindo do ponto denominado "A" de coordenadas N=7.691.003,37 e E=461.346,72, sendo constituída pelo segmento A-B em linha reta com azimute 268°43'54,47" e distância de 7,82m; segmento B-C em linha reta com azimute 258°11'15,34" e distância de 8,08m; segmento C-D em linha reta com azimute 248°2'27,73" e distância de 9,31m; segmento D-E em linha reta com azimute 237°29'48,61" e distância de 8,76m; segmento E-F em linha reta com azimute 224°34'52,71" e distância de 20,54m; segmento F-G em linha reta com azimute 296°15'22,49" e distância de 52,81m; segmento G-H em linha reta com azimute 293°57'39,56" e distância de 70,15m; segmento H-I em linha reta com azimute 294°8'35,37" e distância de 29,57m; segmento I-J em linha reta com azimute 292°46'46,18" e distância de 17,90m; segmento J-K em linha reta com azimute 293°55'16,08" e distância de 15,89m; segmento K-L em linha reta com azimute 292°24'13,19" e distância de 26,29m; segmento L-M em linha reta com azimute 292°23'31,72" e distância de 20,20m; segmento M-N em linha reta com azimute 0°51'14,63" e distância de 14,16m; segmento N-O em linha reta com azimute 95°35'40,83" e distância de 1,30m; segmento O-P em linha reta com azimute 112°17'53,37" e distância de 75,97m; segmento P-Q em linha reta com azimute 114°51'59,28" e distância de 42,30m; segmento Q-R em linha reta com azimute 110°48'0,85" e distância de 16,17m; segmento R-S em linha reta com azimute 103°30'21,25" e distância de 13,76m; segmento S-T em linha reta com azimute 96°41'23,93" e distância de 13,88m; segmento T-U em linha reta com azimute 90°24'49,47" e distância de 13,95m; segmento U-V em linha reta com azimute 82°51'54,78" e distância de 17,37m; segmento V-X em linha reta com azimute 76°14'4,97" e distância de 34,47m; segmento X-Z em linha reta com azimute 35°29'28,51" e distância de 12,94m; Segmento Z-Z1 em linha reta com azimute 75°0'38,85" e distância de 13,11m; segmento Z1-Z2 em linha reta com azimute 153°51'52,78" e distância de 10,56m; segmento Z2-Z3 em linha reta com azimute 109°51'11,82" e distância de 8,22m; segmento Z3-Z4 em linha reta com azimute 119°17'4,41" e distância de 15,58m; segmento Z4-A em linha reta com azimute 181°57'41,44" e distância de 33,50m, perfazendo uma área de 7.136,10m² (sete mil, cento e trinta e seis metros quadrados e dez decímetros quadrados);

II - área "b", a área a ser desapropriada, conforme planta nº DE-SPM00300D-640.642-419-D01/001, localiza-se entre os Km 640 e 642, da Rodovia Marechal Rondon, SP-300, Município e Comarca de Andradina, que consta pertencer a João Carlos Garcez Berthola, Fátima Helena Andrade Berthola e/ou outros, com linha de divisa partindo do ponto denominado "A" de coordenadas N=7.691.073,75 e E=461.088,11, sendo constituída pelo segmento A-B em linha reta com azimute 284°32'25,44" e distância de 15,43m; segmento B-C em linha reta com azimute 292°54'39,70" e distância de 40,81m; segmento C-D em linha reta com azimute 292°32'15,83" e distância de 33,49m; segmento D-E em linha reta com azimute 292°38'48,11" e distância de 63,05m; segmento E-F em linha reta com azimute 1°47'24,81" e distância de 10,43m; segmento F-G em linha reta com azimute 112°50'04,60" e distância de 34,57m; segmento G-H em linha reta com azimute 111°26'31,74" e distância de 93,61m; segmento H-I em linha reta com azimute 115°41'22,62" e distância de 9,55m; segmento I-J em linha reta com azimute 95°35'40,83" e distância de 14,01m; segmento J-A em linha reta com azimute 180°51'14,63" e distância de 14,16m, perfazendo uma área de 1.625,24m² (um mil, seiscentos e vinte e cinco metros quadrados e vinte e quatro decímetros quadrados);

III - área "c", a área a ser desapropriada, conforme planta nº DE-SPM00300D-640.642-419-D01/001, localiza-se entre os Km 640 e 642, da Rodovia Marechal Rondon, SP-300, Município e Comarca de Andradina, que consta pertencer a João Carlos Garcez Berthola, Fátima Helena Andrade Berthola e/ou outros, com linha de divisa partindo do ponto denominado "A" de coordenadas N=7.691.073,75 e E=461.088,11, sendo constituída pelo segmento A-B em linha reta com azimute 284°32'25,44" e distância de 15,43m; segmento B-C em linha reta com azimute 292°54'39,70" e distância de 40,81m; segmento C-D em linha reta com azimute 292°32'15,83" e distância de 33,49m; segmento D-E em linha reta com azimute 292°38'48,11" e distância de 63,05m; segmento E-F em linha reta com azimute 1°47'24,81" e distância de 10,43m; segmento F-G em linha reta com azimute 112°50'04,60" e distância de 34,57m; segmento G-H em linha reta com azimute 111°26'31,74" e distância de 93,61m; segmento H-I em linha reta com azimute 115°41'22,62" e distância de 9,55m; segmento I-J em linha reta com azimute 95°35'40,83" e distância de 14,01m; segmento J-A em linha reta com azimute 180°51'14,63" e distância de 14,16m, perfazendo uma área de 1.625,24m² (um mil, seiscentos e vinte e cinco metros quadrados e vinte e quatro decímetros quadrados);